ALMT amplia parcerias para qualificação profissional e inserção de jovens no mercado de trabalho

Assembleia Legislativa reforça compromisso com aprendizagem profissional e inclusão de adolescentes e jovens em Mato Grosso

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) consolidou sua atuação como articuladora de iniciativas institucionais dedicadas à promoção do trabalho digno, da capacitação profissional e da integração de adolescentes e jovens no universo laboral. O destaque foi a realização do Encontro Estadual da Semana Nacional de Promoção da Negociação Coletiva 2026, ocorrido nesta terça-feira (24), no auditório Milton Figueiredo.

O evento, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso, marcou o lançamento do Fórum Estadual da Aprendizagem Profissional de Mato Grosso (FEAP/MT), instituído pela Portaria SRTE-MT nº 1.572/2026. A iniciativa visa expandir ações de contratação e qualificação de jovens aprendizes, particularmente aqueles em situação de vulnerabilidade. Contaram com a presença representantes de órgãos governamentais, entidades sindicais, empresários, trabalhadores e organizações sociais.

Thaís Costa, consultora da Assembleia Legislativa, enfatizou que a colaboração com a Superintendência Regional representa uma estratégia significativa de integração institucional com a comunidade. Segundo ela, a ALMT adota uma perspectiva agregadora e inovadora, tendo consolidado parcerias bem-sucedidas como o programa Jovem Aprendiz. "A Assembleia propõe-se a funcionar não apenas como Poder Legislativo, mas como espaço de articulação e resolução de problemas. Buscamos atuar como plataforma e instrumento para edificação de uma sociedade mais equitativa. O trabalho é essencial à identidade humana, sendo fundamental conectar empresas, sindicatos e instituições públicas para debater avanços e gerar oportunidades", declarou.

A desembargadora Maria Beatriz Theodoro Gomes, do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, enfatizou a relevância da aprendizagem profissional e do investimento educacional como pilares para assegurar um futuro digno aos jovens. Mencionou iniciativas do Tribunal voltadas à inserção adolescente no mercado de trabalho, como o programa Primeiro Passo, executado em parceria com outras entidades. "É imperativo combater o trabalho infantil e fortalecer a aprendizagem. O Tribunal Regional do Trabalho sempre dedicou-se a essa questão. Adolescentes e crianças precisam compreender que a educação é fundamental. Sem qualificação, é inviável garantir um lugar no mercado de trabalho com dignidade", afirmou.

A magistrada também alertou para os obstáculos da formação das gerações futuras diante das mudanças tecnológicas e do uso prematuro de redes sociais. Conforme sua perspectiva, torna-se necessário tornar a educação e a qualificação profissional atrativas, respeitando o desenvolvimento juvenil e equilibrando direitos com responsabilidades.

A participação do setor privado também foi evidenciada durante a sessão. Luana Araújo de Lima, assistente de Recursos Humanos da Via Brasil MT, apresentou a trajetória da concessionária, que atualmente emprega 19 jovens aprendizes. O projeto proporciona monitoramento e assistência aos participantes durante sua entrada no contexto empresarial. Os aprendizes recebem instrução teórica via Senai e vivenciam a experiência profissional com acompanhamento da área de Recursos Humanos.

A concessionária, que atua nas rodovias MT-246 e MT-320, além de outras operações, mantém aprendizes desenvolvendo atividades na ALMT e na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O programa concentra-se em jovens em vulnerabilidade social, incluindo aqueles de abrigos e contextos que necessitam de maior cuidado. A faixa etária abrangida compreende dos 14 aos 22 anos. "Essa experiência evidencia

como a colaboração entre empresas e entes públicos consegue abrir caminhos, disponibilizar qualificação e dar aos jovens seu primeiro acesso profissional", avaliou Luana.

Gerson Antônio Delgado, superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso, ressaltou que o estado possui potencial para ampliar significativamente o contingente de jovens abrangidos pelos programas de aprendizagem. De acordo com ele, Mato Grosso poderia alcançar aproximadamente 25 mil aprendizes, porém apenas pouco mais de metade desse potencial encontra-se atualmente inserida no mercado. "Precisamos progredir. Dispomos de um estado com economia dinâmica, contudo ainda existem zonas de pobreza. Os jovens vulneráveis e em risco social requerem ser contemplados. A aprendizagem é uma política pública crucial para reformular trajetórias e reconfigurar a realidade desses jovens", enfatizou.

Segundo Gerson, a legislação prevê cotas obrigatórias de 5% a 15% de aprendizes para empresas com funções que exijam formação profissional, conforme normas legais aplicáveis. A Superintendência executa tanto a fiscalização quanto a conscientização de empregadores para observância dessas determinações.

O superintendente também sublinhou o papel central da ALMT na coordenação institucional e na disponibilização de oportunidades para efetivação de ações de aprendizagem nos municípios mato-grossenses. Entre as sugestões abordadas figura a implantação de ferramentas que ampliem o acesso dos jovens às posições abertas, como um sistema digital ou aplicativo que reúna dados sobre oportunidades de aprendizagem e procedimentos de ingresso.

Além da instituição do Fórum Estadual da Aprendizagem Profissional, o programa contemplou temas como negociação coletiva, formação profissional e questões atuais das relações trabalhistas, incluindo discussões sobre a Emenda Constitucional nº 141/2026 e a redução de jornada. O evento também apresentou referências de qualidade em aprendizagem profissional de organizações como Senac e Senai, reconheceu instituições com boas práticas, contemplou palestras acerca de negociação coletiva, proteção de direitos e atuação do Ministério Público do Trabalho, além de abordar enfrentamento ao feminicídio e violência de gênero, e discussões para fortalecer formação, inclusão e permanência dos aprendizes.